



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE LETRAS**

**ARYANNE FAUSTINO DE ARAÚJO**

**A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO PÚBLICO NO  
MUNICÍPIO DE DONA INÊS-PB.**

**GUARABIRA**

**2021**

**ARYANNE FAUSTINO DE ARAÚJO**

**A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO PÚBLICO NO  
MUNICÍPIO DE DONA INÊS-PB.**

Trabalho de conclusão de (TCC) apresentado ao Curso de Letras/ Português da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para obtenção da graduação em Licenciatura Plena em Letras/Português.

Orientador: Dr. Paulo Vinícius Ávila Nóbrega

**GUARABIRA  
2021**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A658i Araújo, Aryanne Faustino de.

A inclusão de pessoas com deficiência no ensino público no município de Dona Inês-PB [manuscrito] / Aryanne Faustino de Araújo. - 2021.

26 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Português) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2021.

"Orientação: Prof. Dr. Paulo Vinícius Ávila Nóbrega, Coordenação do Curso de Letras - CH."

1. Deficiência. 2. Inclusão Social. 3. Atendimento Educacional Especializado. I. Título

21. ed. CDD 371.911

ARYANNE FAUSTINO DE ARAÚJO

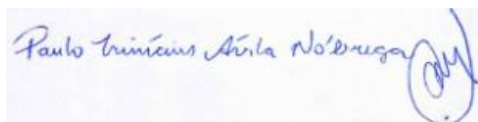
A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO PÚBLICO NO  
MUNICÍPIO DE DONA INÊS-PB.

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)  
apresentado a/ao Coordenação/Departamento  
do Curso de Letras da Universidade Estadual  
da Paraíba, como requisito parcial à obtenção  
do título de Licenciatura Plena em Letras –  
Português.

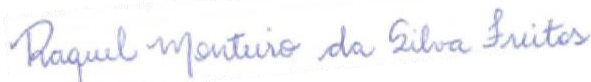
Área de concentração: Estudos de  
Cognição e Linguagem

Aprovada em: 20/05/2021

**BANCA EXAMINADORA**



Prof. Dr. Paulo Vinícius Ávila Nóbrega (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dra. Raquel Monteiro da Silva Freitas  
Secretaria de Educação e Cultura Municipal de João Pessoa (SEDEC - PMJP)



Prof. Esp. André Luiz Souza da Silva  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>05</b>
<b>2. BREVE HISTÓRICO DA INCLUSÃO.....</b>	<b>06</b>
<b>3. ASPECTOS CONCEITUAIS SOBRE A DEFICIÊNCIA.....</b>	<b>08</b>
<b>3.1 Alguns tipos e origem das deficiências.....</b>	<b>10</b>
<b>4. METODOLOGIA.....</b>	<b>13</b>
<b>5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....</b>	<b>15</b>
<b>5.1 O Atendimento Educacional Especializado no Município de Dona Inês- PB.....</b>	<b>15</b>
<b>5.2 Profissionais atuantes no serviço.....</b>	<b>18</b>
<b>5.3 Atividades desenvolvidas no serviço.....</b>	<b>19</b>
<b>5.4 Competências e habilidades alcançadas pelos alunos do serviço AEE...19</b>	
<b>5.5 Roteiro semiestruturado para a professora do AEE.....</b>	<b>20</b>
<b>4.6 Análise da entrevista.....</b>	<b>20</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>22</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	

## **RESUMO**

A inclusão sempre foi um tema de muita importância e que deve ter um enfoque primordial nos dias atuais, pois pessoas com deficiência ainda sofrem discriminação e exclusão. Este trabalho tem como objetivo investigar, como funciona o Atendimento Educacional Especializado AEE, no ensino público do município de Dona Inês-PB, a fim de conhecer um pouco mais sobre a realidade do nosso município. Para o embasamento deste estudo foi realizada uma pesquisa documental, interpretativista, bem como entrevistas com profissionais desse atendimento especializado, configurando uma abordagem qualitativa. A busca pela inclusão vem ganhando a cada dia mais espaço nos meios sociais, a exemplo da escola pública, no município de Dona Inês-PB, que busca em sua política educacional enfatizar o apoio e colaboração para que de fato haja a inclusão nesta escola. É preciso que haja uma distinção entre pessoas com dificuldades e pessoas com deficiência, para isso existem testes e diagnósticos específicos para detectar cada tipo de deficiência, seja ela auditiva, de fala, autismo, mental, entre outras que estão presentes em nosso convívio. Nesse sentido, o Atendimento Educacional Especializado AEE do Município de Dona Inês-PB, tem o propósito de investigar as causas e tratamento específicos para cada deficiência apresentada, facilitando e colaborando para que as competências e habilidades das pessoas com deficiências sejam despertadas, colaborando com a melhoria da qualidade de vida, através dos seguintes profissionais: psicólogo, psicopedagogos, fonoaudióloga, fisioterapeuta e professora de libras.

**Palavras-chave:** Deficiência, Inclusão Social, Atendimento Educacional Especializado.

## **ABSTRACT**

Inclusion has always been a topic of great importance and which must have a primary focus nowadays, as people with disabilities still suffer discrimination and exclusion. This work aims to investigate, how the Specialized Educational Service AEE works, in the public education of the municipality of Dona Inês-PB, in order to know a little more about the reality of our municipality. For the basis of this study, a documentary, interpretive research was carried out, as well as interviews with professionals from this specialized service, configuring a qualitative approach. The search for inclusion is gaining more and more space in the social media, like the public school, in the municipality of Dona Inês-PB, which seeks in its educational policy to emphasize the support and collaboration so that in fact there is inclusion in this school. There needs to be a distinction between people with difficulties and people with disabilities, for that there are specific tests and diagnoses to detect each type of disability, be it hearing, speech, autism, mental, among others that are present in our society. In this sense, the Specialized Educational Service AEE of the Municipality of Dona Inês-PB, has the purpose of investigating the specific causes and treatment for each presented disability, facilitating and collaborating so that the skills and abilities of people with disabilities are awakened, collaborating with the improvement of the quality of life, through the following professionals: psychologist, psychopedagogists, speech therapist, physiotherapist and teacher of pounds.

**Keywords:** Disability, Social Inclusion, Specialized Educational Service.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho abordará as pessoas com deficiência e a inclusão social no ensino público no município de Dona Inês-PB, no enfoque ao Atendimento Educacional Especializado AEE.

Com o objetivo de investigar como funciona o Atendimento Educacional Especializado AEE no ensino público do município de Dona Inês-PB, o que a escola faz para que haja este avanço, aonde funciona e quais os tipos de deficiência que são apresentadas. Toda essa pesquisa foi realizada através de documentos cedidos pela psicopedagoga e conversas informativas, realização de entrevista via *Whatsapp*, durante o mês de março. Essas informações estão dispostas neste trabalho e serviram como base para a realização da mesma.

No primeiro momento será abordado um breve histórico da inclusão, em seguida alguns aspectos conceituais sobre deficiências, bem como alguns tipos e causas e origem, logo depois, será mencionado o Atendimento Educacional Especializado AEE, no município de Dona Inês-PB, aonde é oferecido o serviço, os profissionais que atuam como colaboradores, os tipos de atividades e projetos que são realizados em prol da criança com deficiência.

As escolas devem estar preparadas para receber todos os tipos de alunos, sejam eles considerados “normais” ou pessoas com as mais diversificadas deficiências, com uma política voltada para que haja a inclusão, sem separar, ou isolar as crianças, reconhecendo que existem os mais variados grupos sociais, cabendo à escola enfatizar, formar os indivíduos para que este problema com a inclusão possa ter uma solução, evitando transtornos para as crianças e suas famílias também, dando apoio e reconhecimento necessários para que possam de fato vir a se sentirem incluídos na sociedade.

O Atendimento Educacional Especializado AEE vem colaborando para que esta realidade seja possível, através de seus projetos, atividades e profissionais que fazem parte do serviço, podendo contar com: psicólogos, fonoaudiólogo, psicopedagogo, profissional em libras e educadores que estão aptos e disponíveis a colaborar com os avanços das competências e habilidades que poderão ser desenvolvidas durante o atendimento.

É primordial que se conheça o público alvo, para que desta maneira venha a trabalhar com atividades específicas para cada deficiência, ou seja, uma pessoa



com TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade), não terá as mesmas atividades de um autista e assim por diante. Compreender a necessidade de cada indivíduo, seu histórico de deficiência e familiar para que dessa maneira essas necessidades venham ser tratadas e trabalhadas, estimulando o resultado que tanto almeja os profissionais do serviço.

O município de Dona Inês-PB, bem como a escola supracitada, já recebeu reconhecimentos de seus serviços de outros municípios e do MEC, por ser atuante e colaborar para que as pessoas com deficiência possam de fato serem incluídas socialmente.

## **2. BREVE HISTÓRICO DA INCLUSÃO**

A inclusão nem sempre foi possível no meio social, lutas existiram para que tal fato pudesse ganhar uma proporção de reconhecimento entre as políticas sociais. No Brasil, a partir do século XX, um primeiro reconhecimento e suporte, foram para os filhos da elite e de natureza privada que podiam ter este acompanhamento e os de deficiência mental tendo assim um apoio do atendimento social. Depois essas entidades foram expandidas na rede pública, implicando em um enorme avanço para a sociedade, pois assim as famílias poderiam aprender a cuidar ainda melhor das pessoas com deficiências e saber buscar os seus direitos, reconhecendo que seus filhos podem ter habilidades diferenciadas.

Segundo Souza (2007, p.16):

No século XX acontece no Brasil a expansão das Instituições de Educação Especial, de natureza privada, ainda com uma grande ênfase no atendimento assistencial. Na Rede Pública de Ensino, foi estendida ao atendimento às pessoas com deficiência mental. As entidades o atendimento às pessoas com deficiência foi estendido, inicialmente, somente às pessoas com Deficiência Mental, que tinha o caráter de Educação Sanitária, e condicionava-se a sua aceitação desde que não atrapalhasse o bom andamento da classe.

No Brasil a expansão das instituições em educação especial privada no século XX, atende em seus serviços crianças e pessoas com deficiência apenas mental, mas não com a finalidade de tratamento ou serviços de promoção das habilidades e sim em caráter de educação sanitária, condicionando os casos para que não pudessem vir a atrapalhar os demais.

Os movimentos pela inclusão fazem parte da garantia pelos direitos sociais a qual tanto sonhamos e buscamos: direito a participação, acesso, permanência, inclusão de uma maneira geral, ou seja, igualdade em todos os âmbitos, principalmente a educação, garantia essa que deve ser estendida a todas entidades.

Historicamente o movimento pela inclusão pode ser considerado como parte de uma série de movimentos em favor da garantia da igualdade dos direitos sociais de participação, acesso e permanência nos vários bens e serviços sociais, incluindo a educação (SANTOS e CARVALHO, 1999, p. 4).

A inclusão e seus movimentos vêm crescendo cada vez mais ao longo dos tempos, sempre buscando meios, órgãos e serviços que reconheçam as diferenças, limitações das pessoas com deficiência e que isso não venha a ser um empecilho para conviver em sociedade, com processos educacionais garantidos, sempre preocupados em manter a igualdade entre os indivíduos.

Assim, o movimento pela inclusão cresceu e se consolidou ao longo do século XX, buscando garantir processos educacionais democráticos inclusivos, preocupados em garantir direitos iguais a todos os cidadãos, independentemente de suas características individuais (GUEBERT, 2007, p. 35).

A lei permite que pessoas com deficiência tenham o mesmo acesso educacional do que as pessoas consideradas “normais”, até porque essa diferença não existe e o fato de ter uma limitação não impede de conviver em sociedade, por isso devem fazer parte de todo currículo educativo com seus métodos e técnicas específicas, respeitando sempre o limite de cada um, sejam deficientes ou não. O importante é buscar meios, formas e métodos para que a pessoa com deficiência possa alcançar seu objetivo, aguçar as habilidades, garantindo a efetivação dessa integração.

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades; II – terminalidade, específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (BRASIL, 1996).

As escolas devem oferecer o apoio necessário às crianças com deficiência, dentro de seu currículo e programa educacional, com profissionais especializados para atender alunos superdotados, com dislexia ou em virtude de uma deficiência, disponibilizar de profissionais capacitados para promover a parceria junto ao educador com o mesmo objetivo educacional e de inclusão.

O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades. É preciso, portanto, um conjunto de apoios e de serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1990, p. 11-12).

A escola deve ter em seu currículo educacional o propósito de que todos são iguais e que merecem serem respeitados e tratados sem distinção. Aprender juntos, conviver em sociedade, independente da diferença que possam vir a apresentar, sejam elas físicas ou de aprendizagem, respeitar o ritmo próprio de cada um, adaptando, inovando seu currículo para garantir uma boa educação a todos, com apoio da comunidade, estratégias pedagógicas, organização escolar, recursos e um conjunto de serviços que satisfaçam as necessidades da pessoa com deficiência.

### **3. ASPECTOS CONCEITUAIS SOBRE A DEFICIÊNCIA**

Segundo a Lei Federal Nº 13.146/2015 em seu artigo 2º: considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Falar de deficiência nem sempre foi fácil, desde os primórdios as diferenças e deficiência já existiam, a distinção entre mulheres, homens, negros e brancos e principalmente classe social, já extinguiram as pessoas. Existem diversos tipos e origens de deficiência, e é preciso que haja um diagnóstico preciso acerca de cada deficiência, para que desta forma a pessoa possa vir a receber apoio e benefícios que lhes asseguram como indivíduo e em suas necessidades específicas.

Segundo a UNESCO (1994, p. 40),

Falar de necessidades educacionais implica enfatizar aquilo que a escola pode fazer para compensar as dificuldades do/a aluno/a, já que, nesse enfoque, entende-se que as dificuldades para aprender têm um caráter interativo e depende não apenas das limitações dos/as alunos/as, mas também da condição educacional que lhe é oferecida.

A escola deve oferecer em seu espaço maneiras de compensar o aluno que apresenta uma necessidade especial, uma deficiência ou dificuldade, atendendo a necessidade do aluno que de certa forma já vem se sentindo excluído, entendendo que cada um apresenta uma maneira de aprender. No entanto, a escola deve instigar para que essas diferenças sejam sanadas, dando condições de acesso escolar e educacional.

A supervalorização da capacidade humana seja ela inteligência, aparência física e condição social tomou conta da sociedade, fazendo com que pessoas com deficiências (sejam elas de origem natural ou de acidentes) sejam excluídas da sociedade. Durante muito tempo pessoas com deficiência eram excluídas do meio social sendo trancadas em casa, em quartos ou em abrigos, para que a sociedade não viesse correr perigos ou vergonha por parte da família. Eram vista como pessoas diferentes mesmo com esse paradigma criado dos direitos humanos em busca ao combate da violação dignidade humana.

Evidências arqueológicas nos fazem concluir que no Egito Antigo, há mais de cinco mil anos, a pessoa com deficiência integrava-se nas diferentes e hierarquizadas classes sociais (faraó, nobres, altos funcionários, artesãos, agricultores, escravos). A arte egípcia, os afrescos, os papiros, os túmulos e as múmias estão repletos dessas revelações. Os estudos acadêmicos baseados em restos biológicos, de mais ou menos 4.500 a.C. ressaltam que as pessoas com nanismo não tinham qualquer impedimento físico para as suas ocupações e ofícios, principalmente de dançarinos e músicos (GUGÉL, 2015, p.02).

Pessoas com deficiência sempre fizeram parte do nosso meio social, sem distinção de classe, podendo ser ou ter a profissão que desejasse, entre eles existiam os nobres, faraós, bem como artesãos, agricultores, entre outros.

Em Esparta e Atenas crianças com deficiências física, sensorial e mental eram consideradas subumanas, o que legitimava sua eliminação e abandono. Tal prática era coerente com os ideais atléticos, de beleza e classistas que serviam de base à organização

sociocultural desses dois locais. Em Esparta eram lançados do alto dos rochedos e em Atenas eram rejeitados e abandonados nas praças públicas ou nos campos (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2008, p.7).

O histórico de exclusão de pessoas com deficiência física é lastimável. Em Esparta elas eram abandonadas, vista como pessoas que não faziam parte da sociedade, pois a cultura social enfoca sobre os padrões de beleza ideais, como de corpos atléticos, por exemplo. Muitos naquele tempo eram rejeitados, abandonados nas praças ou jogados dos altos dos rochedos.

Quando se fala em educação de uma pessoa com deficiência pensa-se primeiro na escola, mas não é na escola onde as barreiras de aprendizado se iniciam, e sim na família, cujo papel desempenhado em estimular e acompanhar o desenvolvimento da criança é fundamental para sua inserção educacional (NERI, 2003, p.26).

A educação é algo primordial e deve acontecer não apenas no ambiente escolar, mas começa dentro da própria família, que muitas vezes é onde se inicia os preconceitos, pois a família tem o papel de acompanhar o desenvolvimento da sua criança e buscar meios para que cada vez mais possa vir a melhorar e garantir que sua inserção social de fato ocorra.

### **3.1 Alguns tipos e origem das deficiências**

Existem diversos tipos de deficiência que podem ser genéticas ou adquiridas. Elas são apresentadas em física, visual, auditiva, intelectual, autismo, psicossocial e a deficiência múltipla, citando alguns tipos de deficiência:

- A deficiência intelectual

Apresenta um quadro de inteligência e conjunto de habilidade da média esperado até 18 anos, não tem cura, mas pode haver um tratamento de ajuda, porém precisa de um diagnóstico médico e exames que comprovem a dificuldade de raciocínio e compreensão.

- TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade)

É uma doença crônica que inclui a falta de atenção, hiperatividade e impulsividade, começando na infância podendo haver a persistência por toda vida. A baixa autoestima, dificuldades na escola e trabalho são reflexos do TDAH.

- Transtorno no Espectro do Autismo TEA

É uma condição de déficit na comunicação social, verbal e não verbal, restrito em seus diversos níveis, pois existem pessoas que são autistas e não sabem, pois não procuraram diagnósticos. Neste tipo de deficiência os pensamentos, sentimentos pessoais, são polarizados, apresentam irritabilidade, agitação, auto agressividade, desatenção, hiperatividade, insônia, que podem ser controlados com medicamentos.

As causas do autismo geralmente são genéticas, conforme estudos realizados, por um trabalho científico em 2019, estima-se que 97% e 99% são fatores genéticos, fatores ambientais de 1% à 3%, também pode ocorrer de pais com idade avançada e uso de ácido valpróico durante a gravidez.

Alguns sinais de autismo:

- Não manter contato visual
- Não atender quando chamado pelo nome
- Isolar-se
- Alinhar objetos
- Ser preso a rotinas
- Não brincar com brinquedos convencionais
- Movimentos repetitivos
- Não imitar, entre outros.

[...] O termo “pessoas deficientes” refere-se a qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual normal, em decorrência de uma deficiência congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais (RIBAS, 2003, P.10).

Toda pessoa que não seja capaz de agir por si mesma pode ser considerada uma pessoa com deficiência, que podem ser congênitas ou não, quando a capacidade de uma pessoa no agir ou em certas tomadas de atitudes não são asseguradas diante dos padrões, esta pessoa pode ser classificada como deficiente, ou de viver sua vida individualmente normal.

De acordo com Botini (2002):

Deficiência é toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano (BOTINI, 2002, P.23-24).

De acordo com a pesquisa realizada no município de Dona Inês-PB, foi possível perceber que existe um número considerável de crianças autistas, algumas ainda sem laudo, mas em fase de consultas e investigação. Por isso, foi necessário um estudo mais profundo sobre esta determinada deficiência: “o autismo”.

O autismo nos fascina porque supõe um desafio para algumas de nossas motivações mais fundamentais como seres humanos. As necessidades de compreender os outros, compartilhar mundos metáforas e de nos relacionarmos são muito próprias de nossa espécie, exigem-nos de um modo quase compulsivo. Por isso, o isolamento desconectado das crianças autistas é tão estranho e fascinante para nós como seria o fato de um corpo inerte, contra as leis da gravidade e de nossos esquemas cognitivos prévios, começar a voar pelos ares em nosso quarto (COLL. et.al., 2004, p. 234).

Os seres humanos sempre tiveram o hábito de viver em sociedade e compartilhar a vida, algo como se fosse programado e compulsivo, o autista prefere viver em uma realidade diferente, a seu modo, criando seu próprio mundo e vivendo com sua imaginação e esquemas mais variados possíveis.

Por essas práticas, a reeducação através de terapia não é implicada somente ao paciente, mas também aos pais/ família, uma vez que estes necessitam estar atentos às mudanças apresentadas pelo tratamento e observação da progressão alcançada. O auxílio do psicólogo é fundamental para a instrução da família, tornando-os ativos no processo de decisão e percepção para o auxílio de seus filhos autistas (SOARES, 2012, p.88).

Para a criança diagnosticada com autismo é fundamental que os familiares busquem desde cedo o auxílio necessário para que haja uma progressão do quadro do autismo e o tratamento seja eficaz, evitando negligenciar o caso. Na prática, é o que acontece, as famílias não aceitam o fato e deixam para procurar o profissional tardiamente, ficando sem instruções de como cuidar de seus filhos autistas ainda nos primeiros sinais apresentados.

#### **4. METODOLOGIA**

O presente trabalho foi idealizado com o objetivo de identificar como se dá a inclusão do de Pessoas com Deficiência no município de Dona Inês-PB, visando ainda conhecer na prática como funciona o Atendimento Educacional Especializado AEE, no ensino público do município. Para a obtenção das informações fez-se necessário a leitura da resolução nº 03/2019, com 14 páginas, para o SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO referente à Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, e

o documento do Plano estratégico para o Ensino Remoto Referente a Educação Inclusiva no Município de Dona Inês-PB, do ano 2020 com 10 páginas, aonde foi realizado uma pesquisa documental, interpretativista, bem como entrevista com profissional desse atendimento especializado como consta na análise (Tabela 2), configurando uma abordagem qualitativa. Além disso, foram realizadas pesquisas no Google Acadêmico, em busca de outros artigos relacionados ao tema. Todas as informações foram coletadas nos meses de fevereiro, março e abril. A Escola está localizada em Dona Inês – PB, e foi escolhida devido ao grande número de alunos com deficiência. A psicopedagoga que forneceu os documentos e participou da entrevista atendeu com prontidão, colaborando com os objetivos desta pesquisa.

Segundo Bruyne (1991), a Metodologia da lógica dos procedimentos científicos em sua gênese e em seu desenvolvimento, não se reduz, portanto, a uma “metrologia” ou tecnologia da medida dos fatos científicos.

A entrevista realizada com a psicopedagoga se deu por conveniência, tendo em vista que ela reside no município. Serviu para refletir sobre todo o processo de inclusão social no Ensino Público no Município de Dona Inês-PB. Esse instrumento de pesquisa contribui de forma significativa para que haja um maior conhecimento nesta área de Inclusão e Atendimento Educacional Especializado, que é de extrema importância para as pessoas com deficiência.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, pois busca compreender dados voltados à educação. Interpretativista, pois busca alinhar os conceitos e teorias através da interpretação dos dados, e documental, pois foram estudados os documentos citados anteriormente, visualizando como ocorre o AEE no município.

No primeiro momento tive contato com a psicopedagoga do AEE, através do *Whatsapp*, a qual reside no município, realizando uma entrevista através de um roteiro semiestruturado via chamada de vídeo pelo *Whatsapp*, para ter mais informações sobre o AEE e como acontecia a inclusão social na escola. A entrevista foi gravada e posteriormente transcrita no Google Documentos. A entrevistada disponibilizou de documentos pertinentes como a resolução nº 03/2019 para o SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO referente à Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, e o documento do Plano estratégico para o Ensino Remoto Referente à Educação Inclusiva no Município de Dona Inês-PB, os quais foram de muita importância para o desenvolvimento deste trabalho. Também foram realizadas conversas pelo *Whatsapp*, para tirar dúvidas, com relação aos documentos cedidos.



O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um serviço de apoio a pessoas com deficiência das escolas do nosso município, essas crianças estão inseridas no espaço escolar, porém, necessitam de uma atenção maior para que suas habilidades e competências possam ser aguçadas. Atualmente, o AEE presta apoio a 52 alunos que apresentam: Deficiência Intelectual, Autismo, Síndrome de Down, Paralisia Infantil, Deficiência Auditiva, Baixa Visão, entre outros que estão sendo investigados e pode ser observado na tabela 1.

Tabela 1.

<b>ALUNOS ATENDIDOS PELO AEE (ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO)</b>	
<b>DEFICIÊNCIAS</b>	<b>QUANTIDADE DE ALUNOS</b>
Deficiência Intelectual	13
Autismo	11
Síndrome de Down	10
Paralisia Infantil	09
Deficiência Auditiva	05
Baixa Visão	04

Fonte: Elaboração Própria.

## **5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Nesta seção será apresentada de forma detalhada, como o AEE deve ser executado de acordo com a lei, quais os profissionais envolvidos, as atividades executadas pelo serviço e as competências e habilidades que o AEE busca desenvolver nos alunos com deficiência.

### **5.1 O Atendimento Educacional Especializado no Município de Dona Inês-PB**

De acordo com o decreto presidencial 7611 de 17 de novembro de 2011, são objetivos do atendimento especializado:

- I- Prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviço de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;
- II- Garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;
- III- Fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e
- IV- Assegurar condições para continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidade de ensino.

Todo aluno no Brasil, desde a educação infantil até a educação superior tem direito a atendimento educacional especializado (BRASIL, 2011).

O AEE atende às necessidades educacionais do aluno com deficiência que tenha seu direito garantido por lei, com acesso e participação no ensino regular, este atendimento deve ocorrer no contraturno que o aluno estuda.

Essa troca de experiência entre o AEE, aluno e professor auxilia para que sua inserção escolar e na sociedade ocorra, com a utilização da sala de recursos multifuncional e uma equipe de saúde educacional presente e atuante dentro do espaço escolar.

Este serviço é desenvolvido no município de Dona Inês-PB. De acordo com a resolução N°03/2019 o Conselho Municipal de Educação de Dona Inês/PB, institui Diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação

Básica, modalidade Educação Especial, na perspectiva inclusiva no sistema de municipal de Ensino de Dona Inês-PB, resolve de acordo com os artigos.

Art. 1º A educação Especial na Perspectiva Inclusiva, transversalizar todos os níveis, etapas e modalidades da educação escolar, que tem como finalidade possibilitar apoio complementar e suplementar a formação dos educandos por meio de Atendimento Educacional Especializado (AEE), disponibilizando um conjunto de serviços, recursos e estratégias específicas que favorecem o processo de escolarização dos seus alunos nas turmas comuns do ensino regular, viabilizando o acesso, a participação dos educandos com deficiência intelectual, física, surdez, múltiplas, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação matriculados nas Unidades de Ensino do Sistema Municipal de Dona Inês.

Art. 3º Considerando o conceito de Educação Inclusiva, à qual toda escola brasileira deve se adequar, é condição *sine qua non* que o projeto pedagógico das Unidades de Ensino Municipais de Dona Inês apresente uma característica de atuação democrática, marcada pela participação coletiva, colaborativa e dialógica entre os membros de toda a comunidade escolar e desta com a comunidade em geral.

Art. 10º Considera-se educando da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva:

I- Deficiência que cause impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem restringir a participação plena e efetiva na escola e na sociedade. Consideram-se nesse grupo a Deficiência Visual, Baixa Visão, Surdez, Deficiência Intelectual, Física e Múltipla;

II- Transtornos globais do desenvolvimento, caracterizados por alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Consideram-se nesse grupo o espectro autista e as síndromes Zika Vírus (Microcefalia), Rett, Willians, Down, outras;

III- Altas habilidades/Superdotação, com demonstração de potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes; além de grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse.

Art. 11º O AEE é um serviço da Educação Especial de caráter complementar e/ou suplementar à formação dos educandos com deficiência, transtornos globais

do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação pertencentes ao ensino regular, considerando suas necessidades específicas, de forma a promover o acesso, a participação e a interação nas atividades escolares.

Parágrafo Único - O AEE deve ser oferecido em horários distintos, ou seja, no turno inverso ao da classe comum, na própria unidade de ensino que está matriculado, ou em núcleo(s) de atendimento(s). O tempo reservado para esse atendimento será definido conforme plano de atendimento e a necessidade de cada aluno.

Art. 18 O professor que atuará no AEE nas salas de recursos multifuncionais deve apresentar o seguinte perfil:

I- Ser do quadro funcional do Sistema Municipal de Ensino do município de Dona Inês;

II- Ser graduado em Pedagogia;

III- Realizar, no prazo de dois anos, o curso de formação em Atendimento Educacional Especializado pela FUNAD ou outra instituição credenciada.

Diante da realidade vivenciada que é esta pandemia do coronavírus- COVID-19 os serviços do atendimento foram suspensos, estratégias necessárias para enfrentarmos este momento.

Por isso, foi criado um plano estratégico para o ensino remoto referente à Educação inclusiva no Município de Dona Inês-PB, plano que servirá como norte para elaboração e execução do trabalho em tempos de pandemia, de formas e níveis diferenciados, respeitando o ritmo de cada aluno.

Procurando fazer com que as famílias se doem e possibilitem novas descobertas, habilidades e potencialidade de cada um e evitando um possível retrocesso, objetivando ações e estratégias que oportunizem o ensino e aprendizagem de forma igualitária, promovendo a autonomia e estabelecendo vínculos com a família do aluno.

As estratégias utilizadas serão:

- Exposição de vídeos educativos
- Produção de atividades adaptadas de acordo com a necessidade de

cada aluno com deficiência.

A escola não deve apenas transmitir conhecimentos, mas também se preocupar com a formação global dos alunos, numa visão em que o conhecer e o intervir no real se encontrem. Mas, para isso, é preciso saber trabalhar com as diferenças: é preciso reconhecê-las,

não as camuflar, aceitando que, para conhecer a mim mesmo, preciso conhecer o outro (GADOTTI, 1992, p. 82).

A escola deve receber todo tipo de aluno sem distinção, e acolher as crianças de forma afetiva, e é essencial que os familiares estejam em sincronia, procurar conhecer a realidade dos alunos e familiares, trabalhar forma conjunta, para assim ter melhoria na forma de construção do trabalho a ser desenvolvido no ambiente escolar, pois para desenvolver um trabalho melhor é de grande importância conhecer bem a realidade, habilidades e dificuldades da criança, assim facilitando para contribuir e proporcionar um bom desempenho nas competências do aluno.

A inclusão social é o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais, gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. Cabe, portanto, às empresas eliminar todas as barreiras físicas, programáticas e atitudinais para que as pessoas com necessidades especiais possam ter acesso ao mundo do trabalho e assim desenvolver-se pessoal, social, educacional e profissionalmente (SASSAKI, 2003, p. 41).

A inclusão deve fazer parte de todo o meio social, para isso é necessário que os indivíduos possam entender e ter consciência que todos somos capazes e abrir espaço para o mercado de trabalho, para que as pessoas com deficiência também possam mostrar seu potencial, eliminar as barreiras, sejam elas pessoais ou profissionais.

Porém, não são todas as escolas do Brasil que ofertam uma sala de recursos do AEE, somos privilegiados em ter uma escola com esse serviço e profissionais qualificados e especializados a fim de eliminar barreiras no processo de escolarização.

## **5.2 Profissionais atuantes no serviço**

O serviço de atendimento especializado AEE, é composto pelos profissionais da saúde e educação: fonoaudióloga, fisioterapeuta, psicóloga, professora de libras (aposentada) mais que faz trabalho voluntário, quatro (04) psicopedagogas que contribuem para realização e atuação desses serviços essenciais e de direito as pessoa com deficiência, sempre buscando apoio e parceria para que de fato o trabalho do serviço no AEE possa vir surtir efeito com as famílias e crianças que

fazem parte desse atendimento que ganhando cada vez mais destaque em nosso município. A escolha de uma psicopedagoga para a entrevista, em detrimento das outras três, foi por conveniência, tendo em vista que a mesma reside no município.

### **5.3 Atividades desenvolvidas no serviço**

Os tipos de alunos e crianças com deficiência que utilizam o atendimento educacional especializado AEE, são diversificados, pois temos crianças com: TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade) Autismo, Deficiência Visual, Deficiência Intelectual, Surdez e Problema na fala que precisam dos serviços da Fonoaudióloga.

Por isso os tipos de atividades são diversificados para cada um, pois um autista não realiza o mesmo tipo de atividade de uma pessoa com TDAH.

Assim, são desenvolvidas atividades manuais, colagens, pinturas, de produção e confecção de jogos com materiais recicláveis, para que essas crianças possam ter um retorno mais satisfatório no seu desenvolvimento das competências e habilidades que cada um possui.

As atividades devem instigar a criança e auxiliar em seu tipo de deficiência, como:

- Contar palitos
- Jogos de memorização de letras e imagens
- Criar brinquedos com material reciclável
- Passa cordão pelo canudo
- Escrever nome com pregador
- Quebra cabeça adaptado e etc.

Enfim, conhecer o aluno, o que gosta ou não, se possui habilidades para determinada atividade, o que é importante para ele, observar o grau de dificuldades e o que deseja alcançar com essa atividade.

### **5.4 Competências e habilidades alcançadas pelos alunos do serviço AEE.**

As competências e habilidades são distintas para cada tipo de criança ou indivíduo, principalmente os que apresentam algum tipo de deficiência.

O aluno com deficiência apesar de apresentar algumas limitações, é capaz de realizar as mais diversas atividades, basta instigá-los de acordo com a deficiência de cada um respeitando sempre suas limitações, para que possa haver um progresso.

A criatividade é algo essencial para que essas habilidades possam surgir, pois estas crianças no geral apresentam um grau de raciocínio abaixo na média em relação às demais e isto exige certo grau de esforço, preparação e conhecimento por parte dos profissionais que atuam no AEE.

“... a inclusão é um motivo para que a escola se modernize e os professores aperfeiçoem suas práticas e, assim sendo, a inclusão escolar de pessoas deficientes torna-se uma consequência natural de todo um esforço de atualização e de reestruturação das condições atuais de ensino básico” (MANTOAN, 1997, apud MARTÍNEZ, p.17. 2005).

As estratégias utilizadas nas atividades podem ser capazes de fazer um aluno com deficiência compensar o ensino com algo apropriado que ele venha a se desenvolver em suas habilidades.

[...] repousa em princípios até então considerados incomuns, tais como: a aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência dentro da diversidade humana, a aprendizagem através da cooperação (SASSAKI, 1999, p. 42).

Todas as crianças, sejam elas com deficiência ou não, querem brincar, ouvir, falar, abraçar, fazer amigos e podem apresentar dificuldades que são decorrentes por limitações ou outras privações causadas pela família, crenças ou sua deficiência.

Os planos de aula devem levar em conta as características de cada aluno, respeitando a individualidade, para que suas limitações possam ser respeitadas e haver uma evolução na escola, em casa e possivelmente em seu tratamento.

## 5.5 Análise da Entrevista

Tabela 2.

<b>ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DA ENTREVISTA</b>
<p><b>1. O que é o Atendimento Educacional Especializado AEE?</b> AEE tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos</p>

<p>e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas e possibilitando identificar e aprimorar as habilidades e potencialidades encontradas no aluno público alvo da educação inclusiva.</p>
<p><b>2.</b> Quanto tempo existe no município? Desde 2014.</p>
<p><b>3.</b> Quais profissionais fazem parte do serviço? São quatro professores, pedagogos com certificados de atuação emitido pela FUNAD para atuar em sala de Atendimento Especializado-AEE.</p>
<p><b>4.</b> Cite os tipos de deficiência que as crianças que fazem parte do AEE apresentam? Deficiência Intelectual, Autista, Síndrome de Down, Paralisia Infantil, Deficiente Auditiva e Baixa Visão.</p>
<p><b>5.</b> Quantas crianças em média utilizam o serviço do AEE? 52 crianças e adolescentes.</p>
<p><b>6.</b> Qual tipo de deficiência mais comum no AEE ou que tem em maior número? Deficiência Intelectual.</p>
<p><b>7.</b> Como são as atividades realizadas no AEE? No período normal acontece uma vez por semana, com duração de 1 hora, podendo ter outros encontros durante a semana com parceiros e profissional da área de educação física, artes, dança e musicalidade.</p>
<p><b>8.</b> A escola tem projetos para pessoas com deficiência? Sim, projetos com os professores de educação física (mexa-se brincando), arte (arte terapia), geográfica (reaproveitamento dos resíduos sólidos através da utilização de materiais de sucata e cuidando do seu próprio alimento através da horta). A arte da dança e da musicalidade.</p>
<p><b>9.</b> Como tem sido o atendimento do AEE nas aulas remotas? Estão sendo de forma remota, com entregas de atividades adaptadas, lúdica e dinâmica.</p>
<p><b>10.</b> Você tem alcançado o objetivo desejado para o aluno com deficiência? Totalmente não, o trabalho com a INCLUSÃO é um trabalho de formiguinha, mas temos alcançando bons resultados, sempre na busca da verdadeira inclusão de fato e de direito.</p>

Fonte: Elaboração própria.



Diante das questões respondidas pela psicopedagoga, foi possível perceber que o Atendimento Educacional Especializado AEE promove a participação de alunos com deficiência e a inclusão social possibilitando e aprimorando as habilidades e potencialidades no público alvo da educação inclusiva, atuante desde o ano de 2014, com quatro professores todos com certificado emitido pela FUNAD e profissionais da saúde, como: fisioterapeuta, psicóloga e fonoaudióloga.

O AEE do ensino público do município de Dona Inês – PB contém 52 alunos matriculados que apresentam as mais variadas deficiências: Deficiência Intelectual, Síndrome de Down, Paralisia Infantil, Deficiência Auditiva e Baixa Visão, sendo maior número de Deficiência Intelectual com 13 crianças.

No período normal o atendimento acontece uma vez por semana, com duração de uma hora marcada. Outros profissionais também colaboram com o AEE: professores de educação física, arte e geografia, incluindo o projeto mexa-se brincando com os professores de educação física, arte-terapia, e geografia cuidando do próprio alimento, através do cultivo de horta e reaproveitamento de resíduos e sucata.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com base na pesquisa realizada, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) no município de Dona Inês-PB, fica evidente a importância desse serviço, visto que o número de crianças com deficiência é considerável dentro dos ambientes escolares.

O serviço do AEE auxilia pais e professores no processo de inclusão dessas crianças, que necessitam de uma atenção diferenciada para que possam oferecer a oportunidade de desenvolver sua potencialidade e habilidades, em como propor atividades que estimulem as crianças.

O AEE dispõe em seu espaço e serviços profissionais da educação que estão sempre dispostos a ajudar as crianças com deficiência, e suas respectivas famílias, colaborando para que possam de fato se sentir incluídos não apenas no ambiente escolar, mas na sociedade como um todo.

A família também deve estar atenta e atuante no tratamento de seus filhos com deficiência, para que possa ver o avanço, progressão de sua deficiência, em

casa ou no ambiente escolar, colaborando com o tratamento, assegurando a segurança das crianças e adolescentes.

O município de Dona Inês-PB está à frente de muitos outros, pois ter os serviços do AEE é muito importante para todas as crianças com deficiência que possui algumas limitações, possam ter um tratamento adequado e individualizado a cada tipo de deficiência, mas que através das atividades ofertadas no AEE, podem desfrutar de uma qualidade de vida melhor e a busca pela inclusão.

A criança é um ser importante não apenas no ambiente escolar, mas para toda sociedade e quando ela possui alguma deficiência devemos oferecer o melhor para que venha se sentir querida e aproveitar todos os seus direitos. Foi possível perceber que o trabalho com a inclusão é um trabalho lento, mas que os profissionais atuantes estão sempre em busca de metodologias para obter bons resultados garantindo a inclusão de fato e obedecendo o que é estabelecido por lei. A partir do momento que a escola identifica essas diferenças, e busca trabalhá-las, visando uma possível minimização, já é um grande passo para as pessoas com deficiências.

Logo, esse estudo contribui significativamente no que tange o Atendimento Educacional Especializado-AEE, mostrando como se dá o serviço no âmbito escolar e, sobretudo no ensino público.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Senado, Brasília, DF, 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/ 1996.

\_\_\_\_\_. **Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência**. (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Lei nº 13.146/ 2015.

BRASIL, DECRETO, Nº 7.611, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011- **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências**, 2011.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em 19 fev. 2021.

BOTINI, J. [COORD.]. **Deficiência e competência: programa de inclusão de pessoas portadoras de deficiência nas ações educacionais no Senac**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2002.

CARVALHO, Erenice Natália Soares de. **Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental: deficiência múltipla**. Vol.1. Fascículos I – II – III. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2000.

COLL, César et. a.. **Desenvolvimento da psicologia da Educação: Transtornos do Desenvolvimento e Necessidades Educativas Especiais**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

CORREIA, R. **Deficiência e inclusão social: construindo uma nova comunidade/ Rinaldo Correr**. -Bauru, SP: EDUSC, 2003.

GUEBERT, M.C.C. **Inclusão: uma realidade em discussão**. Curitiba, IBPEX, 2007.

MONTEIRO, Sr Alexandre. **PERCEPÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA**. Marília, 2005.

GUGEL, Maria Aparecida. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade**. Ampid (Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência), 2015. Disponível em [http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD\\_Historia.php](http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php) Acesso em: 21/02/2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Educação ESPECIAL: história, Etiologia, Conceitos e Legislação vigente**. Bauru, 2008. Disponível em: <http://www2.fc.unesp.br/educacaoespecial/material/livro2.pdf>.

NERI, Marcelo Côrtes et al. **Retratos da Deficiência no Brasil**. FGV/IBRE/CPS. Rio de Janeiro, 2003.

MARTÍNEZ, A. M. Inclusão Escolar: desafios para o psicólogo. In: A. M. Martínez (org.), **Psicologia Escolar e compromisso social: novos discursos, novas práticas**. Campinas: Editora Alínea, 2005.

\_\_\_\_\_. Organização Mundial da Saúde. **Relatório Mundial sobre a Deficiência**. Editora Secretaria do Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo, 2011.

RIBAS, J.B.C. **O que são deficientes**. São Paulo: brasiliense, 2003.

SANTOS, M. P. 2000. Educação Inclusiva e a Declaração de Salamanca: Consequências ao Sistema Educacional Brasileiro. In **Revista Integração**, nº 22, MEC. Secretaria de Educação Especial.

SASSAKI, R. K. **Inclusão - Construindo uma Sociedade para Todos**. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Emprego apoiado como forma de inclusão de pessoas com deficiência severa no mercado de trabalho**. São Paulo, 2003.

SOARES, L. Programa de apoio Pedagógico e inclusão: um estudo de caso. **Revista da ABEM**, Londrina. v. 20 n. 27, p.55-64, 2012.

Prefeitura Municipal de Dona Inês. **Normas Complementares para o SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO referente à Educação Especial na Perspectiva Inclusiva**. 2019. 14 págs.

Prefeitura Municipal de Dona Inês. **Plano Estratégico para o Ensino Remoto Referente à Educação Inclusiva no Município de Dona Inês/PB**. 2020. 12 págs.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139394por.pdf>. Acesso em 15 fev.2021.